



## SOLUÇÃO ATRAVÉS DOS NÚMEROS: A ATUAÇÃO DE CELSO FURTADO FACE AO PROBLEMA NORDESTINO (1955-1964)

Lucas Souto Maior Gonçalves de Carvalho

Universidade Federal de Pernambuco

[lucassouto.carvalho@gmail.com](mailto:lucassouto.carvalho@gmail.com)

### 1 - Introdução: o desenvolvimentismo e o problema nordestino

Não há dúvida de que os anos 1950 são chave para o Brasil, já que neles se pode perceber a intensa maturação de movimentos anteriores que desembocaram no fenômeno que passou a delinear muitos dos debates políticos subsequentes: o desenvolvimentismo. Não sendo o nosso objetivo esmiuçar maiores detalhes e conceituações sobre o que seria esta ideologia<sup>1</sup>, basta dizer que o desenvolvimentismo definiu-se por uma ênfase exacerbada na defesa de um processo de desenvolvimento para o país, visto como solução urgente e inescapável para o “atraso” e o caos cotidiano nacional. Tal processo haveria de ser por meio do planejamento estatal, direcionado para um projeto industrializador que abasteceria a população e estruturaria o mercado interno, tornando-o menos vulnerável às flutuações estrangeiras.

De certa forma, o desenvolvimentismo foi a percepção das mudanças que ocorriam no país e a tentativa de compreensão e direcionamento desse processo para um fim específico e desejado. A época assinalada é de grandes transformações espaciais: 143% foi a taxa de crescimento da população urbana brasileira entre 1950 e 1960, o que indicava a confirmação de processos anteriores de industrialização e políticas econômicas, representando uma reviravolta na história brasileira e em sua ênfase agroexportadora - ao final dos anos 1940, pela primeira vez, a produção industrial havia superado, em valor, a agrícola (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 253). A busca por compreender esta nova realidade, então, passava pela ideia da necessidade de um “novo saber”, uma ciência capaz de compreender a condição subdesenvolvida em seu cerne.

Mesmo que focado em questões econômicas, o desenvolvimentismo não deixou de ser, de certa forma, um movimento identitário. A ideia de que as teorias científicas estavam em descompasso com a realidade do Terceiro Mundo - e, especificamente, da América Latina

---

<sup>1</sup> Para tal, ver Bielschowsky (2000), Fonseca (2012) e Mantega (1985).



- fomentou a consciência sobre a necessidade de estudos específicos para estas nações, e a consequente formação de sistemas científicos e universitários locais, descolados de aportes teóricos europeus e norte-americanos (PREBISCH, 1949). Tal ideia de ciência - “Não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos” (FURTADO, 1962, p. 81) - estava ligada à busca por um entendimento aprofundado das realidades específicas dessas nações subdesenvolvidas e pelas razões de sua condição atrasada, e a respostas para perguntas mais genéricas como “quem somos”, “para onde vamos” e, talvez mais importante, “como vamos” para o oásis do Primeiro Mundo.

Nesse sentido, o desenvolvimentismo era, sem dúvida, uma maneira de ver o mundo. Como tal, carregou traços destacados, a saber: a ideia de que o subdesenvolvimento era uma condição inédita, não sendo uma etapa necessária e natural na caminhada para o progresso; a negação do liberalismo enquanto caminho válido para o Terceiro Mundo, embora não se negasse sua potencialidade para o Primeiro; a visão dualista da sociedade, dividindo-a em setores “arcaicos” (aristocracia agrária) e “modernos” (burguesia industrial e proletariado), e o uso da dialética para analisar tal dualismo; o nacionalismo econômico; e, por fim, a crença quase mística no desenvolvimento como redentor de todos os males da pobreza. Entre outros preceitos, estes eram os principais e formaram a base do pensamento desenvolvimentista de então.

Vale destacar, claro, que este imbróglcio estava inserido em várias disputas no meio social. Dentro do campo econômico, de forma mais abrangente, havia o atrito direto com os liberais, que rechaçavam a necessidade de industrialização e iam pelo lado da possibilidade de desenvolvimento por meio de agricultura exportadora, a partir do entendimentos das teorias clássicas, como a das vantagens comparativas e o princípio ricardiano da troca de ganhos<sup>2</sup>. Este lado mais conservador da moeda, como amostra do que estava em jogo, passou a adotar um discurso da não-necessidade de uma “nova ciência” - leia-se, de novos conceitos e metodologias - como se vê em fala de Lincoln Gordon, que defendeu que a Economia é “objetiva e única”, não existindo “duas teorias” para dois casos diferentes (GORDON, 1967, p. 79).

---

<sup>2</sup> A Teoria das Vantagens Comparativas, obtida da famosa hipótese de David Ricardo sobre um comércio entre Inglaterra e Portugal, baseava-se no preceito de que mais valia para um país especializar-se nas produções que lhe fossem mais fáceis e produtivas, a fim de ganhar melhores posições no mercado externo. Já o princípio de troca de ganhos, por outro lado, dispensava a industrialização, pois, já que as manufaturas seriam mais baratas, por sua alta produtividade, os países agroexportadores teriam seus poderes de compra constantemente aumentados, não perdendo por se manterem nesse estado.



Não é coincidência, ainda, que ao mesmo tempo que o país se debatia em torno do imperativo do desenvolvimento, com todas as suas nuances e profundidades, uma região brasileira começava a emergir como uma verdadeira questão nacional, trazendo ainda mais urgência para o já caótico cotidiano: é nos anos 1950 que o Nordeste emerge, definitivamente, como uma “região-problema”, barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento, com o potencial de pôr em risco a própria integridade nacional. Em tempos de Guerra Fria (e, depois, de Revolução Cubana), a pobreza nordestina foi vista como fonte de subversão comunista, e a situação daqueles na miséria passou a receber os olhares medrosos - mas nem sempre atentos - de boa parte da sociedade. O surgimento das Ligas Camponesas, em 1955, e a subsequente propaganda conservadora sobre o movimento, que o pintou com cores exageradamente violentas, acabou por contribuir para essa visão sobre o Nordeste, o qual, na verdade, desde sempre, estava associado a arquétipos de lentidão, atraso e miséria (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999). A urbanização desenfreada e caótica no país também atingiu a região em cheio, com uma incrível taxa de 171% de crescimento urbano entre 1950 e 1960, realizado à base do êxodo de populações interioranas, acarretando sérios problemas para as cidades, como desemprego estrutural, desigualdades crescentes e convivência urbana com violência exacerbada, o que criava fortes entraves para o crescimento econômico da região.

Estranho não é, pois, que o problema nordestino e o imperativo do desenvolvimento tenham se retroalimentado durante este período. O desenvolvimento era visto não só como o remédio para todos os males existentes do país, mas também para aqueles que ainda estavam por vir - e que, para alguns, pareciam bastante próximos: “Alcançado certo ponto de irreversibilidade, a História já não poderá cumprir pelos métodos convencionais, e terá início uma era de imprevistos em que a velocidade dos acontecimentos reduz a quase nada a eficácia de toda liderança racional” (FURTADO, 1964, p. 173). As “tensões sociais” deviam ser apaziguadas pelo processo desenvolvimentista, que aumentaria a renda per capita e inseriria todos no circuito de consumo capitalista. É sintomático, também, que o entendimento sobre o subdesenvolvimento brasileiro tenha mudado de “país com pobreza generalizada” para “país insuficientemente desenvolvido”, demonstrando a compreensão de que havia desenvolvimento no país, mas bastante localizado no Centro-Sul e com pouco potencial de espraiamento.

Nesse sentido, o Nordeste passou a ser visto como local “privilegiado” dessa visão: desenvolver a região tornou-se condição necessária para manter o país minimamente pacífico



e unido. Assim sendo, pode-se ver um movimento similar, a nível regional, ao que acontecia no país e no continente: era necessário estudar a fundo a realidade nacional, fugir da velha “solução hidráulica” - que associava às secas a razão do atraso nordestino - e encontrar arcabouços novos e suficientes para atender a estas demandas.

É dentro de todo este movimento, pois, que a figura de Celso Furtado ganhou importância, transformando-se, realmente, em referência intelectual e política, traçando ações e construindo redes de sociabilidade que influenciaram o *locus* nordestino de maneira singular.

## **2 - Celso Furtado: meteoro de fora para dentro**

A trajetória intelectual do paraibano Celso Furtado distoa do restante da “elite” de economistas desenvolvimentistas do período por sua rápida ascensão ao posto de figura central da parcela nacionalista desta ideologia. Também se destaca por não ter galgado seus passos iniciais na carreira dentro do Brasil, como acontecia com outros intelectuais - como Rômulo de Almeida e Jesus Soares Pereira - que, geralmente, começaram suas atividades profissionais em agências estatais durante ou logo após o Estado Novo.

Formado em Direito em 1943, pela Universidade do Brasil (RJ), Furtado decide voltar para a Europa após servir ao final da Segunda Guerra Mundial, conseguindo uma bolsa de Doutorado em Economia na Universidade de Paris-Sorbonne. Uma vez concluído o curso em terras francesas, Furtado volta ao país natal por um breve período, entre 1947 e 1948, quando consegue cargo de Economista na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Já em 1949, porém, segue para o Chile, para assumir a diretoria da Divisão de Desenvolvimento da recém-fundada Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas responsável por investigar as razões do atraso do continente, e que acabou se tornando berço do desenvolvimentismo latino-americano. Na Cepal, aprofundou-se nas teorias criadas na instituição, bebendo da fonte de Raúl Prebisch grande parte de sua influência - e também parceria. Com esse novo olhar sobre o problema do subdesenvolvimento, Furtado passou a analisar as condições econômicas do Brasil, tendo em vista, em algum momento, voltar ao país em definitivo para fazer parte das discussões sobre desenvolvimento, então em crescente interesse por parte da sociedade em geral.

A partir de um conjunto de ações da Comissão para divulgar seus resultados no continente, uma conferência foi realizada em Petrópolis (RJ), em 1953, a pedido do próprio governo brasileiro, e na qual Furtado foi um dos destacados palestrantes. O documento final



do evento, que defendia o planejamento como forma de “racionalizar o emprego de recursos humanos e materiais disponíveis”, teve considerável circulação dentro do governo Vargas, principalmente em sua Assessoria Econômica (que então reunia grande partes dos desenvolvimentistas), sendo elogiado por figuras como Cleantho de Paiva Leite (Correio da Manhã, 15 de abril de 1953, p. 1), com o qual trabalharia no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) mais tarde.

O nome de Furtado ganhou destaque no cenário econômico nacional, o que culminou em um convite, feito por Roberto Campos, para assumir uma diretoria no dito Banco, ainda em fase de estruturação. Impedido, porém, de deixar suas funções na Cepal, Furtado articulou a formação de um convênio entre as instituições, o que culminou na formação do Grupo Misto Cepal-BNDE, dando-o a oportunidade de ocupar os dois cargos simultaneamente. O Grupo foi formado com o objetivo de ajudar o Banco na coleta de dados macroeconômicos sobre a situação do país, principalmente sobre comércio externo, o que ajudou, inclusive, a equipe de Kubitschek, anos mais tarde, a reunir os suportes necessários para definir o Plano de Metas (FURTADO, 1985, p. 175). Após o fim dos trabalhos do Grupo, Furtado volta à Cepal, mas já decidido a sair da instituição, “menos fruto de decepção do que da consciência de esgotamento do projeto em que me empenhara” (ibidem, p. 201), o que acaba acontecendo em 1957. Decide dedicar-se ainda mais a seus estudos, desta vez em Cambridge (Inglaterra), onde tem a ideia de escrever o futuro clássico *Formação Econômica do Brasil*, baseado no pressuposto de “aproximar a História [...] da análise econômica; extrair desta perguntas precisas e obter respostas para as mesmas na História” (ibidem, p. 205), o que se inseria no método histórico-estruturalista, ou seja, dentro do ideal de observar a realidade para tirar conclusões científicas, tão caro aos desenvolvimentistas.

Nesse interregno, volta ao Brasil para assumir, novamente, uma diretoria no BNDE, mas com a condição de atuar na área circunscrita à região Nordeste, então já centro de muitas de suas análises, e assunto pelo qual se tornará reconhecido. No Banco, começa a dirigir o já formado Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), parte do Conselho de Desenvolvimento do governo JK, e no qual fomentará sua ideia de uma autarquia que pudesse incentivar e planejar o desenvolvimento nordestino - tal ideia materializou-se na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, sendo Furtado seu primeiro superintendente.

Ao assumir a Superintendência, Furtado torna-se centro dos amplos burburinhos políticos que tomavam conta da região, tendo que lidar, cada vez mais, com pressões de todos



os lados, na medida em que a Sudene torna-se local de disputa econômica entre os diferentes grupos governistas nordestinos. Como acontecia amplamente na época, também foi alvo de perseguições e falsas acusações sobre sua ideologia política, sendo taxado de “comunista” por setores mais conservadores, chegando a ser investigado pelo Conselho de Segurança Nacional em um momento delicado da política nacional<sup>3</sup>.

De um jeito ou de outro, Furtado havia chegado no ápice de sua carreira no país - tudo isso antes de completar 40 anos de idade -, trajetória que acabou sendo interrompida com o golpe de abril de 1964 e a cassação de seus direitos políticos ainda sob o Ato Institucional nº 1. Até lá, porém, Furtado já havia se feito em figura aglutinadora do desenvolvimentismo nacionalista e, mais do que isso, em uma das referências máximas de estudos sobre Nordeste, o que fica demonstrado em sua atuação à frente da Sudene.

### **3 - Na Sudene: movimentos populares**

O projeto de lei da Sudene enfrentou graves resistências para ser aprovado, uma série delas envolvendo o próprio Celso Furtado. A confirmação de seu nome à frente do órgão, na medida em que se aproximava a aprovação do projeto de lei no Congresso, foi guardada por JK até o último minuto. Chegaram a surgir boatos de que não ficaria à frente da instituição, mesmo a tendo idealizado, brotando, dos bastidores, nomes como o de Apolônio Farias Sales, ex-Ministro da Agricultura e então Senador pelo PSD pernambucano (Jornal do Commercio, 3 de dezembro de 1959, p. 1).

Uma vez confirmado no comando da Sudene, Furtado armou-se do discurso técnico para blindar-se contra as “acusações” sobre seu viés político. Não era incomum, desde o final da Segunda Guerra Mundial, os defensores do planejamento econômico apelarem para o caráter científico da planificação - ou seja, que o uso de planos econômicos obedeceria a certa racionalidade, e, como tal, independeria de ideologias políticas, sendo algo “neutro” e universalmente correto a se fazer. A formação de uma classe técnica, dentro do Estado brasileiro, obedeceu a esse ideal de eficiência e racionalidade, em contraposição ao que se achava ser os “políticos”, perdidos em conchavos e interesses particulares. Nesse sentido, o discurso de “neutralidade técnica” adotado estrategicamente por Furtado, porém, não esconde

---

<sup>3</sup> Furtado relata ter sido convocado para uma “entrevista” pelo secretário do Conselho de Segurança Nacional, coronel Humberto de Mello, na qual este teria apresentado “provas” da ligação do economista com o PCB, além de uma suposta viagem de Furtado à União Soviética. Uma vez refutadas tais “evidências”, o coronel se desculpou, alegando falta de tempo para apurar o montante de “material bruto” que chegava ao Conselho (FURTADO, 1989, p. 68-69).



suas ligações mais à esquerda - as relações traçadas por ele dentro do âmbito regional revelaram-se, majoritariamente, neste espectro, com figuras como Miguel Arraes<sup>4</sup> dentro de seu círculo próximo. Também passou a receber apoio de alguns sindicatos e líderes trabalhistas, o que lhe garantiu, em certa medida, a permanência no cargo durante esses anos (FURTADO, 1989, p. 78).

A defesa para novos rumos para o Nordeste, de fato, costumeiramente se confundia com o ataque a uma elite tradicional e dirigente, amplamente estabelecida na máquina pública nordestina. Uma das grandes críticas de Furtado era a institucionalização da desigualdade regional e as ineficazes ações governamentais de combate às secas, personificadas nas gestões do Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS), responsável pela criação da “indústria da seca” e do favorecimento dos grandes fazendeiros em suas políticas de açudagem e irrigação.

Entrando de vez nesse embate político, então, seus discursos mais e mais deixaram transparecer o Nordeste enquanto região a ser reivindicada e reformulada em contraposição a todo um aparato estabelecido de privilégios: “Já nenhum povo aceita estoicamente a miséria como uma fatalidade” (idem, 1962, p. 48). O próprio local de suas falas demandava essa perspectiva: dos escritórios da Cepal e do GTDN, ele passou a atuar dentro do “tabuleiro”, dando entrevistas a jornais de grande circulação, indo de encontro a políticos de relevância nacional e defendendo as medidas que acreditava serem necessárias.

A possibilidade de resolução do problema nordestino sempre apareceu como algo alcançável a Furtado, mesmo que bastante complexo. À parte da industrialização planejada, haveria de se transformar a economia agrária sertaneja, a fim de melhor adaptá-la às estiagens: “A economia dessa região não está organizada para a seca, que é a exceção. Está toda ela montada como se a seca não existisse” (ibidem, p. 57). Nesse sentido, a reformulação geral da economia nordestina, em suas *estruturas* mais fortes, fazia da tarefa do desenvolvimento um exercício de enfrentamento constante com os grupos sociais que delas se beneficiavam. O alcance dessas mudanças haveria de ser uma verdadeira “revolução” para o Nordeste e para o país - como não deixavam de notar muitos dos defensores do desenvolvimentismo: de fato, o desenvolvimento - nos moldes defendidos por eles - era visto quase como que um sinônimo de mudança revolucionária, mesmo que gradual e “pacífica”.

Essa “revolução”, como já foi dito, era vista como antídoto para outra, mais violenta e desordenada, que poderia ocorrer caso as demandas sociais não fossem atendidas em tempo

---

<sup>4</sup> Furtado chegou a ir ao Palácio Campo das Princesas no 1º de abril de 1964, com o intuito de dar apoio a Arraes, só saindo de lá após a prisão do governador (ibidem, p. 196).



hábil. Vários eram os alertas que soavam de todos os lados, como o feito por Josué de Castro, em discurso na Câmara dos Deputados: “defendendo o Nordeste, defendem eles [os deputados] a integridade do Brasil”, pois, assim, afastariam qualquer “ameaça de separatismo” (CASTRO, 1956, p. 114). Citando trecho do clássico *Origens da França Contemporânea*, de Hippolyte Taine - no qual sagrou-se a tese de que uma das causas da Revolução Francesa havia sido o estado de miséria em que se encontrava o povo - Castro havia dado seu recado.

Assim sendo, Furtado compartilhava de uma visão mais geral e anterior que via no Nordeste a maior possibilidade de uma subversão popular. Em 1961, dedicou apoio logístico da Sudene a uma equipe da rede televisiva norte-americana *ABC*, que veio à região retratar o cenário de caos e miséria da população camponesa. Entrevistado para a reportagem, Furtado foi categórico sobre a substancial indefinição quanto ao clima político nordestino, citando que um contexto “explosivo” poderia ocorrer “talvez em dois, cinco, dez anos; talvez até amanhã”. A reportagem segue para retratar a figura de um anônimo Severino, trabalhador rural que andava descalço pelas ruas da capital pernambucana até a sede das Ligas Camponesas, onde passam a focar na figura de Francisco Julião e sua pretensa “manipulação” em relação àquelas massas “ignorantes”.

Ao ajudar logisticamente a equipe de filmagem, Furtado esperava que o produto final daquela reportagem pudesse sensibilizar a audiência norte-americana em torno do problema nordestino, e assim, aumentar as pressões em direção ao governo daquele país para que fosse mais colaborativo com a situação - ou seja, que os Estados Unidos parassem de interferir tanto na política desenvolvimentista local, como ele próprio fala na entrevista. Ao final, porém, o minidocumentário produzido pelos visitantes (intitulado *Brazil - the troubled land*) ajudou a fomentar o medo de que uma nova Cuba pudesse acontecer no Nordeste, voltando a opinião pública estadunidense para o apoio, mais tarde, ao golpe militar de 1964.

Não foi a única tentativa de Furtado em fazer com que o problema nordestino fosse melhor compreendido no exterior. Sua principal preocupação era combater a paranoia, espalhando o entendimento de que as Ligas Camponesas não eram algo prejudicial ou perigoso, mas sim saudável e necessário para o processo de desenvolvimento. Quando perguntado se a Sudene seria um “remédio” contra as Ligas, foi enfático: “A Sudene é uma tentativa de solucionar o problema do subdesenvolvimento. As Ligas são uma tentativa do trabalhador agrícola para organizar-se, e como tal não podem ser combatidas. A Sudene pode ser um remédio contra a exploração das Ligas pelos demagogos.” (FURTADO, op. cit., p.





131). Quando da visita de Edward Kennedy ao Nordeste, Furtado fez questão de levá-lo às Ligas, onde ele teria reconhecido o “sentido positivo” do movimento (ibidem, p. 130). Sua visita ao presidente John Kennedy, em Washington, também se insere nesse objetivo, mas lhe acabou valendo críticas do que ele próprio chamou de “extrema esquerda”, acusando-o de “entreguista” e “agente de Wall Street” (ibidem, p. 133).

O apoio às Ligas Camponesas encaixa-se numa visão mais geral de Furtado, na qual atribuía à classe trabalhadora como um todo o motor responsável pelo desenvolvimento. De acordo com o economista, a luta de classes era o motivo primordial de todo e qualquer progresso econômico - mas não no sentido marxista, ou seja, de ida a uma sociedade utópica socialista. Segundo ele, as sociedades urbanas e industriais, por seus conglomerados, seriam mais propícias a essa luta dialética e à “consciência de classe”, a qual levaria à flexibilidade das instituições para manter suas respectivas legitimidades e, assim, conseguir atender às demandas coletivas cada vez mais crescentes (idem, 1964, p. 39). Essa flexibilidade seria indispensável para o desenvolvimento - do contrário, o Estado, em vez de ser um dos incentivadores do desenvolvimento, seria um obstáculo; um gargalo que, por sua negligência em relação aos clamores populares, estaria cavando sua própria cova: “O desenvolvimento do capitalismo, na sua fase mais avançada, deriva o seu principal impulso dinâmico da agressividade da massa trabalhadora, que luta para aumentar sua participação no produto social” (ibidem, p. 64). O desenvolvimento legítimo, pois, seria inclusivo - cabia aos dirigentes escutar os clamores que vinham abaixo de suas cabeças.

Nesse ponto, então, Furtado foi daqueles que sempre atentou para aspectos não-econômicos da sociedade - embora, claro, sempre fazendo uma ponte com sua área de saber. No I Plano Diretor da Sudene, lançado em 1961, ao dedicar capítulos para saúde e educação públicas, inverteu a velha tese de que “má saúde causa pobreza”, indicando que a equação correta seria a oposta: “o precário estado de saúde da população do Nordeste resulta, principalmente, de seu baixo nível de vida” (SUDENE, 1966, p. 249). Além disso, também esboçou um plano piloto de um sistema educacional para os trabalhadores rurais, como forma de torná-los “aptos à assimilação de técnicas mais complexas” (ibidem, p. 275). As mudanças deveriam, porém, respeitar ao máximo os modos de vida dessas populações, não alterando substancialmente seu cotidiano.

As ações empreendidas a partir desses planos surtiram efeito, mas esbarraram em diferentes pressões no caminho de sua plenitude de funcionamento. A própria aprovação do I Plano Diretor, a exemplo do que aconteceu com a criação da Sudene, foi alvo de amplas



manobras na Câmara Federal, e fez com que Furtado resolvesse levar a reunião de maio de 1961 do Conselho Deliberativo da Sudene<sup>5</sup> para Brasília, a fim de ser sabatinado tête-a-tête pelos deputados. Dentro do próprio Conselho, resistências precisavam ser vencidas em toda reunião para a aprovação dos projetos necessários: entre elas, destacam-se governadores e intelectuais de renome, como Gilberto Freyre, que atuou no Conselho enquanto representante do Ministério da Educação, e cujas participações eram sempre “apáticas e pouco participativas” (FURTADO, 1989, p. 179). O cotidiano era de enfrentamento constante, exigindo do superintendente punho e mente fortes para lidar com as resistências.

A verdade, porém, é que a “síndrome de novas Cubas” e interesses políticos contrários atrapalharam os planos de Furtado em ressignificar a imagem do Nordeste, seja dentro do país ou no exterior. Nesse sentido, seu exílio no Chile, em 1964, representou a vitória de um movimento de oposição a sua figura, que se ligava ao fenômeno mais geral, no país, de arrancada do conservadorismo e de negação de qualquer medida inclusive, como é sabido. Sem Furtado e tantos outros, o Brasil e o Nordeste ficaram a mercê de modelos de desenvolvimento autoritários e pouco inclusivos, sendo a fonte das desigualdades nas quais o país ainda se debate.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. In: BASTOS, Pedro Paulo Zaluth, FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

\_\_\_\_\_. *A Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

\_\_\_\_\_. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *A Fantasia Desfeita*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>5</sup> O Conselho Deliberativo da Sudene era formado, entre outros, por todos os governadores dos estados pertencentes à área de atuação da Sudene - dez, ao todo -, por ministros das pastas ligadas (Fazenda, Educação, Saúde, Indústria e Comércio, Trabalho, etc.), e representantes de instituições bancárias (Banco do Brasil, BNDE, Banco do Nordeste).



GORDON, Lincoln. *Abraço versus coexistência: mais comentários*. In: HIRSCHMAN, Albert (org.). *Monetarismo vs. Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Lidador Ltda., 1967.

IBGE. *Brasil: Censo Demográfico de 1950*. Rio de Janeiro, 1956.

\_\_\_\_\_. *Brasil: Censo Demográfico de 1960*. Rio de Janeiro, 1965.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Poli/Vozes, 1985.

PREBISCH, Raul. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*, 1949. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta Anos de Pensamento da Cepal*. Volume 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SUDENE. *I PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE (1961-1963)*. Recife: Sudene - Divisão de Documentação, 1966.